

Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores



Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores

Brasília
FAC/UNB
2018

capa Rafiza Varão
diagramação Rafiza Varão
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

Rafiza Varão

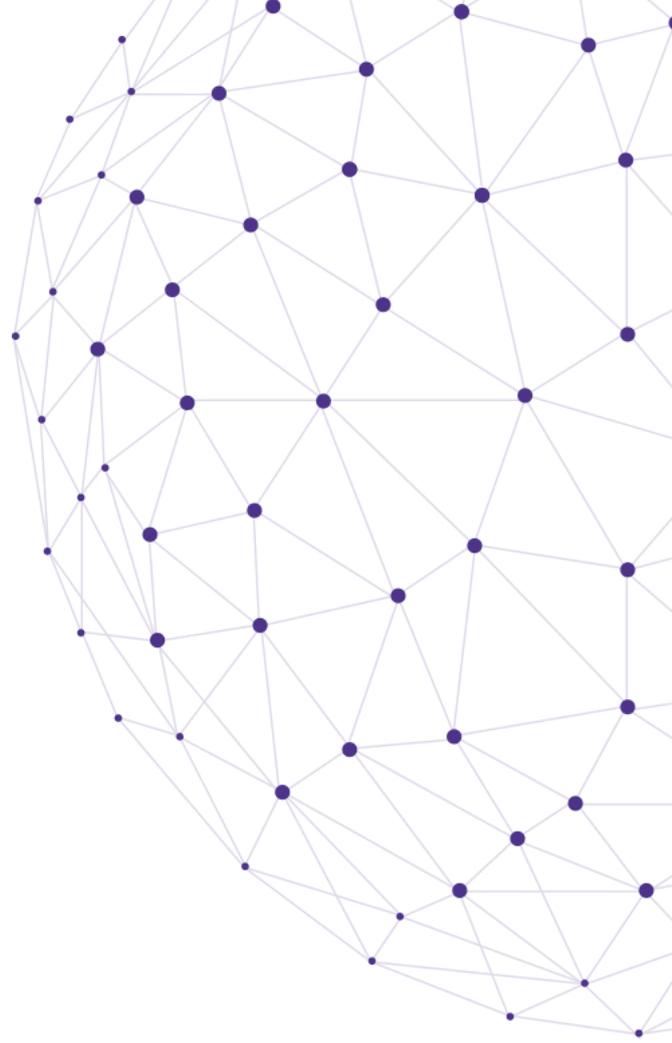
Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7

1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o
professor
que
aprende
ensinando

Cora Coralina

Sumário

9 Apresentação

Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador
Carlos Figueiredo

Parte II: ENSINO

- 87 **Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)**
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini
- 99 **Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz**
Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém
- 109 **Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo**
Nivaldo Ferraz
- 119 **O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis**
Rose Mara Pinheiro
- 129 **O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica**
Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho
- 139 **Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização**
Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão
- 149 **A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR**
Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica
Zanei Ramos Barcellos

Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de
jornalismo, antes e depois das DCN
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve
reflexão sobre um panorama nacional do
ensino de Jornalismo
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste
após 2013
Rafiza Varão



Parte III

DIRETRIZES



Marcio da Silva Granez

NOVAS DIRETRIZES, VELHAS QUESTÕES

o currículo do curso de jornalismo, antes e depois das DCN

Introdução

As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para o ensino do jornalismo são, como o próprio nome indica, balizas para nortear a formação acadêmica em nível superior no Brasil na área do jornalismo. Como tal, elas se constituem em marcos essenciais para essa área, nas três dimensões principais do nível superior: ensino, pesquisa e extensão. Seu alcance e caráter prescritivo é reforçado nas avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação – MEC, nas quais, via de regra, as diretrizes são tomadas como referência principal para aferir a qualidade dos cursos. As avaliações in loco dos projetos pedagógicos pelas comissões de especialistas e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE são aspectos dessa normatividade, responsável pelo monitoramento da qualidade do ensino das Instituições de Ensino Superior – IES no país.

Procedemos neste trabalho à análise comparativa da implantação das DCN de 2013, a fim de verificar quais os caminhos indicados no texto da norma e qual o impacto dela sobre o ensino do jornalismo, considerando um caso específico. O objetivo geral é portanto verificar o impacto das novas DCN sobre o ensino e compreender de que forma este está se adequando às novas diretrizes. Como objetivos específicos, vamos: a. situar a discussão epistemológica sobre a qual se embasa o ensino do jornalismo; b. analisar o caso de uma universidade, comparando o currículo em dois momentos distintos: antes e depois da implantação das novas DCN instituídas no ano de 2013.

Em termos de referencial teórico, a investigação apoia-se sobre as reflexões de ordem epistemológica do campo da comunicação (RODRIGUES, 1999; BRAGA, 2011; SODRÉ, 2012), com ênfase nos aspectos didáticos (MEDITSCH, 1999; CASCAIS, 2004). Em termos metodológicos, está centrada na análise diacrônica (ZAMBERLAN *et al.*, 2014), aplicada a dois momentos distintos das diretrizes e do currículo: o Projeto Pedagógico de Curso – PPC de 2010, anterior às DCN, e o de 2016, posterior. A análise comparativa consiste, primeiramente, em descrever a relação entre as diretrizes e o currículo nos dois momentos analisados; em seguida, em estabelecer considerações de ordem epistemológica e didática sobre o ensino de jornalismo com base nos dados oriundos da análise.

Ao final, faremos algumas considerações acerca dos dados obtidos, revisitando os conceitos iniciais, agora à luz da análise previamente efetuada.

Questões recorrentes

O ensino do jornalismo é tema de diversos estudos (MEDITSCH, 1999; BRAGA, 2011), assim como o é o currículo dos cursos superiores na área (BERNARDO; LEÃO, 2012). Em termos epistemológicos, a área “mãe” do jornalismo, que são os cursos de comunicação social, tem caráter

generalista, humanista e interdisciplinar, o que é desde sempre fonte de discussão sobre sua posição ante as demais ciências sociais e humanas.

A proximidade com as demais áreas das ciências sociais configura ao mesmo tempo uma característica potencialmente positiva e uma fonte de tensão em termos epistemológicos: atravessada pelas tendências de campos teóricos distintos, a comunicação e o jornalismo por vezes oscilam entre discussões que ofuscam seu objeto e seus fundamentos.

O foco transita do emissor para o meio e para o receptor, e está sujeito ao maior ou menor apelo de discussões colaterais, como mostram as obras que se detêm sobre as contribuições conceituais das várias teorias – da comunicação e do jornalismo (WOLF, 1984; MARTINO, 2014; SODRÉ, 2012). Em todas elas, percebe-se o lento e gradual movimento de formação de um campo do saber próprio, a par de avanços e recuos típicos dos embates entre domínios já estabelecidos.

Em mais de 90 anos de sistematização de teorias, a área da comunicação e do jornalismo compõe um quadro multifacetado de conceitos, filiações teóricas, orientações metodológicas e prescrições de caráter aplicado. A crônica dessa evolução já foi feita (WOLF, 1984; GENRO FILHO, 1987; MARTINO, 2014), e se a referimos aqui é para reafirmar os caracteres prevalentes: interação social mediante uso da linguagem.

Um dos estudiosos que mais tem interrogado acerca da especificidade do saber da área da comunicação e do jornalismo é Muniz Sodré (2012), cuja síntese sobre o campo serve-nos de guia nesse ponto de nossa investigação. As conclusões a que o autor chega aplicam-se ao jornalismo em linhas gerais, dada a relação intrínseca entre as áreas. Em suma, o autor aponta para a crise de identidade que subsiste no campo da comunicação social, entre as pretensões humanistas do “tornar comum” e do diálogo, e o tecnicismo resultante da lógica do mercado.

As recentes investigações sobre a sociedade em rede, o universo *online* e as novas formas de socialização e trocas simbólicas trazidas pela mudança técnica se inserem nesse quadro de discussão sobre a epistemologia da comunicação e do jornalismo. Embora não sejam discussões novas, já que a técnica é um tema recorrente na história do campo (McLUHAN, 1979; WOLF, 1984), elas trazem para o primeiro plano novamente as questões acerca do modelo e do processo de comunicação, agora no cenário por vezes inefável da comunicação virtual. Tal movimento se reflete nas balizas que são pensadas para o campo, e nos espaços que se criam para a discussão acadêmica.

Em síntese, o campo da comunicação e do jornalismo permite acolher a multiplicidade epistemológica, notadamente aquelas relativas ao convívio social, à linguagem e às técnicas que estão implicadas nessas trocas simbólicas. Tal multiplicidade tem face dupla: ao mesmo tempo em que amplia os interesses e objetos do campo, constitui entrave à verticalização (MEDITSCH, 1999) e à consolidação de uma especificidade para o jornalismo como área do conhecimento (GENRO FILHO, 1987).

Resultado direto da busca pela especificidade foi a determinação das DCN de 2013 quanto à nomenclatura do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo: agora curso de Jornalismo.

Todas essas questões interessam-nos como pano de fundo para a análise, na medida em que ajudam a compreender as bases sobre as quais se regula e se constroem os currículos dos cursos de graduação em jornalismo. Pois, se há uma base para a verificação empírica dessas concepções, ela está tanto no mercado de trabalho como, sobretudo, na própria academia. Essa, em que pesem os eventuais senões relativos ao alheamento das questões do mercado, é o espaço fundamental das discussões sobre o campo, como vêm demonstrando os trabalhos que se debruçam sobre a organização curricular e as questões didáticas do ensino do jornalismo (CASCAIS, 2004; BERNARDO; LEÃO, 2012). O currículo dos cursos de comunicação e jornalismo reflete tal epistemologia. É sobre ele que nos deteremos no próximo segmento.

A construção curricular

A partir do que está disposto nas orientações normativas e na experiência histórica, é possível afirmar que o currículo dos cursos de comunicação e jornalismo estruturou-se sobre uma base de conhecimentos comuns e de cunho geral, como primeira etapa da formação. Aqui, encontram-se as disciplinas que ajudam a explicar em termos contextuais a sociedade e a cultura. Via de regra, o ensino

superior prevê nesse momento da formação um rol de disciplinas cuja generalidade permite reunir todas as áreas do conhecimento: língua portuguesa, estudos de problemas brasileiros, sociologia, meio ambiente, entre outras. É o chamado “ciclo básico” ou “formação básica”, ou ainda “formação geral” ou “formação humanista”, entre outras designações. Essa etapa costuma configurar um segmento próprio da formação em nível superior, na qual se podem encontrar turmas de diferentes cursos de graduação, unidas pelo saber comum do ciclo básico.

Numa fase seguinte ou paralela a essa, inicia-se o estudo de disciplinas específicas, próprias do campo do saber da comunicação e do jornalismo. Aqui temos disciplinas que vão de teoria da comunicação às teorias do jornalismo, história do jornalismo, fundamentos da comunicação, fundamentos do jornalismo, entre outras. Busca-se nesse ponto da formação um passo inicial em direção à especificidade da área, em nível teórico e conceitual. É a introdução dos grandes tópicos específicos, que serão aprofundados ao longo da trajetória acadêmica.

O passo seguinte consiste, em geral, na apresentação de técnicas e no treinamento de atividades voltadas para a prática profissional. Aqui, temos disciplinas como Redação Jornalística, Planejamento Gráfico em Jornalismo, Fotografia, Radiojornalismo, Telejornalismo, entre outras, e que são abordadas de forma sequencial (Redação Jornalística I, II, III etc.), com grau crescente de complexidade. Nessa fase, está em primeiro plano o apuro técnico, a prática laboratorial, a análise das práticas profissionais e a experimentação de novas práticas, a par do compromisso com a ética profissional.

Como passo final do esquema curricular, é comum encontrarmos as disciplinas de práticas orientadas, como as de agência experimental, e também aquelas disciplinas de síntese teórica final, como são os Trabalhos de Conclusão de Curso (Monografias, Relatórios de Estágio, Ensaaios, entre outras designações). Aqui, a intenção é colher os resultados da formação por meio de aplicações em situação real orientada (como no caso dos estágios) e em reflexões aprofundadas (caso das monografias). Com isso, obtém-se a síntese final dos conhecimentos trabalhados ao longo da graduação.

A estrutura descrita acima não é estanque. Os vários passos se cruzam, podendo-se mesmo invertê-los em certas situações, como é o caso de propostas curriculares que trazem para o início do curso as disciplinas práticas paralelamente às disciplinas mais genéricas, com vistas a despertar no aluno o interesse pela profissão, passo a passo com a visão humanista das disciplinas do ciclo básico. Assim, pode-se optar tanto pela mescla dessas etapas como por uma configuração mais estanque. O fato é que cabe ao Projeto Pedagógico de Curso – PPC definir essa configuração, que vai implicar em pressupostos de ordem epistemológica.

As opções efetuadas pelas IES ao elaborarem seus PPC dizem tanto da formação dos professores responsáveis pelo projeto como da vocação de ordem geográfica da IES, assim como do perfil do aluno e do caráter da instituição, se pública ou privada. São variáveis que via de regra contribuem para determinar, se não a orientação majoritária da proposta curricular, ao menos a efetividade na implantação dessas propostas. Em outras palavras, o que foi planejado e o que é efetivamente executado depende de variáveis que o mais das vezes operam na dimensão cotidiana.

Seja como for, entendemos que os PPC apresentam compromissos entre as duas dimensões e é com base nesses compromissos assumidos que efetuamos nossa investigação.

Com as novas DCN para os cursos de jornalismo, publicadas no ano de 2013, com prazo para implantação obrigatória de até três anos, algumas mudanças foram colocadas para a estrutura curricular – afora aquelas mudanças que impactam outros aspectos do Projeto Pedagógico de Curso, as quais extrapolam os limites deste trabalho –, mas num contexto de continuidade. Não se abriu mão do conhecimento acumulado no campo, mas novos horizontes são almejados. É o que veremos a seguir.

DCN: tradição e mudança

Há nítida conformidade entre as antigas (2002) e as novas (2013) DCN para os cursos do jornalismo, ao mesmo tempo em que existem mudanças significativas de uma para outra norma. Em linhas gerais, mantiveram-se as disposições que reconhecem o campo como área do saber de caráter generalista, humanista e comprometido com a sociedade. Um cotejo dos dois textos permite exemplificar essa concordância.

No texto de 2002, as diretrizes estabelecem, sobre o perfil do egresso:

O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:

3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem.

No texto de 2013, as DCN assim estabelecem:

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

A comunicação segue sendo referência incontornável para o campo do jornalismo. Se no texto das DCN de 2002 essa presença é mais enfática, dada o fato de ser ela a área “mãe”, na versão de 2013 a ênfase recai sobre o saber específico da área do jornalismo, mas estão lá presentes também as referências à área matriz, da comunicação social. É certo que a mudança de nomenclatura representa bem mais do que um sinal de identificação e que foi motivada por discussões de fundo, quando da preparação das novas diretrizes. Mas também é de se notar que a mesma matriz de caráter amplo, generalista, humanista e interdisciplinar está presente e dá o tom das novas DCN para os cursos de Jornalismo.

Também o conhecimento específico e técnico está mantido em ambas as versões das diretrizes, sem prejuízo das recomendações de caráter ético, como se pode constatar nas recomendações abaixo. Primeiramente, o texto de 2002:

O perfil do egresso em Jornalismo se caracteriza:

1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface.

A versão das DCN de 2013 aponta para a mesma direção, indicando, entre outras, as seguintes competências pragmáticas para o egresso do curso de jornalismo:

- a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade;
- b) perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis;
- c) propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo;
- d) organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- e) formular questões e conduzir entrevistas;
- f) adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade;

g) dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir; (...)

Assim, pode-se dizer que em ambas as versões as DCN observam a continuidade do saber próprio do campo da comunicação e do jornalismo, mantendo a orientação humanista, generalista e socialmente responsável como base para o currículo do campo, bem como aquelas orientações especificamente voltadas à competência profissional do jornalista.

Mas há também mudanças. São elas que cabe analisar a seguir.

O cotejo das duas normas que definem a base dos cursos de jornalismo permite agrupar ao menos três mudanças substantivas da versão de 2002 para a de 2013. Outras há por certo, mas para fins de delimitação vamos enfocar apenas essas. São elas:

- Nova nomenclatura: curso de jornalismo. Como já referido, as diretrizes determinam a modificação da nomenclatura dos cursos de jornalismo: até então, a área era uma das habilitações do curso de Comunicação Social. A partir das novas DCN, torna-se independente da grande área, ao menos em termos formais, já que, como veremos, a estrutura curricular e as recomendações sobre organização do PPC mantêm coerência com a tradição dos estudos da área da comunicação. A mudança na designação representa nesse contexto um passo – nesse momento mais simbólico do que pragmático – em direção à “independência” do campo do jornalismo como área autônoma da comunicação social.

- Ênfase no empreendedorismo. Eis um dos aspectos que dão o tom das diretrizes de 2013, diferenciando-as da versão anterior. A ênfase sobre a formação empreendedora pode ser observada em diversos segmentos da norma, como os artigos 4º, incisos II, III e V a IX; art. 5º, inciso I, k, inciso II, k, l. Essa orientação pode ser entendida no contexto das mudanças do modelo de negócios do jornalismo, tema de debates contemporâneos (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013; COSTA, 2014).

- Estágio curricular supervisionado. A exigência de estágio curricular é outra novidade das DCN. Na versão anterior, havia a possibilidade de se considerar estágio extracurricular, ou seja, aquele não obrigatório, voluntário, feito por iniciativa do próprio estudante. Agora, pela norma instituída, tal estágio deve estar previsto na grade curricular, com determinação de tempo mínimo e máximo de duração e outras regras próprias a serem observadas pelas instituições de ensino superior. Aqui também se percebe a tentativa de aproximação com o mercado de trabalho, na linha da ênfase dada ao empreendedorismo, acima mencionada.

Todas essas mudanças que destacamos das novas DCN implicam opções do campo frente às concepções sobre o fazer e o refletir sobre o jornalismo. Nelas, parece nítida a preocupação em estabelecer ou ampliar as relações entre o saber acadêmico e o mercado de trabalho, sem descurar da tradição epistemológica, que sedimenta o ensino do jornalismo sobre as bases mais amplas da cultura, da sociedade e do diálogo entre as áreas do conhecimento. As discussões prévias ao texto final das DCN, disponibilizadas na internet, consignam esse debate, e ajudam a compreender o teor final do documento.

A importância da visão ética e humanista frente à técnica; a necessidade de atentar para os problemas do entorno social sem perder de vista a perspectiva universal; a preocupação com o lugar do profissional no mercado de trabalho em mutação, num contexto de convergência, mídiatização e fenômenos correlatos: cada um desses temas e diversos outros, discutidos à exaustão nos debates públicos que precederam as novas DCN, deixou suas marcas no texto final.

Essas marcas apontam, a nosso ver, para uma concepção curricular que valoriza um perfil profissional capaz de responder de maneira fundamentada e ética aos novos desafios da profissão de jornalista. Ao mesmo tempo em que se reverencia a área da comunicação, já que mantidas as grandes balizas do campo, como a formação de caráter humanista e generalista, abre-se espaço para as questões próprias do jornalismo, agora de forma mais aprofundada, como se pode observar pela ênfase no empreendedorismo e na relação com o mercado de trabalho.

No próximo segmento, vamos conferir como as novas DCN foram interpretadas e efetivadas em um caso específico, a fim de verificar o impacto da nova norma no currículo do curso de jornalismo.

O caso

Nosso objeto empírico de análise se constitui nos PPC de um curso de graduação em jornalismo do interior do Rio Grande do Sul. Vamos nos deter mais especificamente na análise de duas versões curriculares, de 2010 e 2016 respectivamente. A versão de 2010 foi feita sob a égide das diretrizes de 2002. A versão de 2016 foi elaborada a partir das DCN de 2013. Interessa-nos aqui comparar as duas versões, a fim de avaliar o impacto das novas DCN sobre o ensino, e mais especificamente sobre a organização curricular. Para começar, trazemos as grades curriculares nos dois momentos.

Tabela 1. Grade curricular do curso de Com. Social – Jornalismo/2010

SEM.	Componentes curriculares		
I	Arte e Comunicação Visual	V	Optativo II
	Comunicação e Cultura Brasileira		Política de Comunicação (EAD)
	Fundamentos da Comunicação		Sociedade, Política e Cultura- FGH
	Língua Portuguesa – FGH		Jornalismo Digital
	Sociologia da Comunicação (EAD)		Jornalismo Especializado
	Computação aplicada à comunicação		Oficina de Leitura e Produção de texto
	Tecnologia e Meio Ambiente – FGH		
	Sub-total		Sub-total
II	Formação e Desenvolvimento Brasileiro - FGH	VI	Produção de Texto I
	Pesquisas em Comunicação		Produção de Audio I
	Português Aplicado à Comunicação		Produção de Foto I
	Fundamentos do Jornalismo		Produção de Vídeo I
	Teoria da Comunicação (EAD)		Gestão da Comunicação (EAD)
	Fotojornalismo		Produção Multimídia I
	Sub-Total		Sub-Total
III	Comunicação e Expressão Oral	VII	Produção de Texto II
	Estratégias de Comunicação Mercadológica		Produção de Áudio II
	Redação Jornalística I		Produção de Foto II
	Linguagens em telejornalismo I		Metodologia em Projetos de Comunicação (EAD)
	Teoria do Jornalismo (EAD)		Produção de Vídeo II
	Radiojornalismo I		Produção Multimídia II
	Sub-total		Sub-total
IV	Semiótica (EAD)	VIII	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia ou Projeto Experimental)
	Mídia e Mediações Contemporâneas		
	Cinema e Literatura (EAD)		
	Optativo I		
	Linguagens em Telejornalismo II		
	Redação Jornalística II		
	Radiojornalismo II		
	Sub-total		Sub-total

Fonte: Adaptado pelo autor de Projeto Pedagógico de Curso/2010

Tabela 2. Grade curricular versão 2016

I	Arte e Comunicação Visual	V	Comunicação e Semiótica
	Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas		Telejornalismo II
	Fundamentos do Jornalismo		Redação Jornalística III
	Leitura e Produção Textual		<i>Radiojornalismo III</i>
	<i>Sociologia da Comunicação</i>		Gestão e Empreendedorismo em Comunicação
	Computação Aplicada à Comunicação		Mídia e Mediações Contemporâneas
TOTAL 1º SEMESTRE		TOTAL 5º SEMESTRE	
II	<i>Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira</i>	VI	Assessoria em Comunicação e Negócios
	Fotojornalismo I		<i>Tópico Especial em Comunicação</i>
	Português Aplicado à Comunicação		Fotojornalismo II
	Fundamentos de Macroeconomia		Telejornalismo III
	Teoria da Comunicação		Comunicação e Cidadania
	Comunicação e Cultura Brasileira		
TOTAL 2º SEMESTRE		TOTAL 6º SEMESTRE	
III	<i>Estratégias de Comunicação Mercadológica</i>	VII	Jornalismo Econômico
	Redação Jornalística I		Tópico Especial em Jornalismo
	Meio Ambiente e Sustentabilidade		Legislação e Jornalismo
	Teoria do Jornalismo		Metodologia em Projetos de Comunicação
	Radiojornalismo I		<i>Jornalismo Digital</i>
	Tendências e Inovações Criativas		
TOTAL 3º SEMESTRE		TOTAL 7º SEMESTRE	
IV	Análise e Interpretação de Informações	VIII	Trabalho de Conclusão de Curso
	Telejornalismo I		
	Comunicação e Expressão Oral		Estágio em Jornalismo
	Filosofia e Ética		
	<i>Redação Jornalística II</i>		
	Radiojornalismo II		
TOTAL 4º SEMESTRE		TOTAL 8º SEMESTRE	

Fonte: Adaptado pelo autor de Projeto Pedagógico de Curso/2016

A grade do curso de jornalismo do caso em análise foi concebida de forma diferente nas duas versões. No PPC, ao discorrer sobre as concepções do curso, lê-se na versão de 2010 a preocupação com o domínio técnico e o perfil multimídia.

Para tanto, o currículo foi pensado como graduação que permite ao aluno o conhecimento geral, na parte inicial, e o específico, na segunda parte de sua graduação, iniciada no sexto semestre, com a “Ênfase em Produção Multimídia”. A ênfase, tal como concebida na versão curricular em análise,

consiste no estudo de quatro linguagens: fotografia, texto, áudio e vídeo, mais a disciplina de produção multimídia, que reúne as cinco linguagens em projetos de cunho prático. Cada uma das linguagens tem dois momentos (Produção de Áudio I e II; Produção de Texto I e II etc.), sendo que o primeiro deles enfatiza o aspecto da edição, e o segundo, o da criação.

Aqui, a concepção que norteou a grade curricular foi a de um campo de atuação marcado pela convergência midiática, que por isso mesmo evidenciava a necessidade de um profissional multimídia.

Ao conceber as principais técnicas como linguagens específicas – a sonora, a fotográfica, a textual, a linguagem de vídeo – o currículo concebido na versão de 2010 procurava responder à demanda expressa nas DCN de então, ao mesmo tempo em que buscava diferenciais em relação a propostas de outras instituições. Por se tratar de instituição privada, essa variável tem um peso fundamental, já que a concorrência define a existência e continuidade do curso. A criação da ênfase em produção multimídia respondeu por esse diferencial no período em que o currículo vigeu, de 2010 a 2015.

Colateralmente, o ensino à distância também foi uma alternativa tanto em termos de diferencial como de atração de alunos, já que boa parte dos estudantes, por morar em cidades distantes da sede da instituição, poderia ver como uma vantagem cursar parte da graduação à distância.

Nesse meio tempo, houve a necessidade de mudança curricular, em virtude dos prazos estabelecidos nas DCN de 2013. As mudanças mais significativas são sintetizadas a seguir.

Em termos de conteúdo, no currículo de 2016 houve criação de novas disciplinas. Eis algumas delas:

- Assessoria de Comunicação e Negócios
- Comunicação e Cidadania
- Legislação e Jornalismo
- Jornalismo Econômico

Essas disciplinas, via de regra, atendem às sugestões e recomendações das DCN de 2013, seja em sentido mais estrito, quando por exemplo se cria uma disciplina específica para o conteúdo do empreendedorismo em Assessoria de Comunicação e Negócios, seja em sentido mais amplo, quando por exemplo se prevê um espaço próprio para a discussão sobre a cidadania na grade, em Comunicação e Cidadania.

Também houve a extinção ou a adequação de disciplinas, cujo conteúdo foi absorvido total ou parcialmente em outras disciplinas. Assim, houve a extinção das disciplinas de Política de Comunicação e Produção Multimídia I e II e sua absorção pelas disciplinas de Comunicação e Cidadania e Redação Jornalística III, respectivamente.

A extinção formal da ênfase criada na versão curricular anterior deve ser relativizada: as disciplinas que a compunham permanecem em termos de conteúdo, só que agora com carga horária diferente, mais enxuta. As razões para tal configuração podem ser entendidas se consideramos o tempo necessário para o estágio curricular, no qual se dá também a aplicação orientada de conteúdos anteriormente trabalhados na ênfase. Em outras palavras, houve nesse ponto muito mais um movimento para fins de adequação de carga horária do que uma mudança significativa em termos de conteúdos curriculares.

A estrutura curricular resultante da interpretação das novas DCN implicou em uma configuração em que se mesclam de forma progressiva diversos eixos do saber, tal como estabelecidos no texto das diretrizes: eixo de fundamentação específica, eixo de fundamentação humanística, eixo de fundamentação específica, eixo de fundamentação contextual etc. No quadro abaixo está um exemplo dessa configuração.

Quadro 1. Distribuição de disciplinas condutoras do eixo de fundamentação humanista no currículo

Função	SEMESTRES							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8ª
Fundantes	Leitura e Produção Textual	Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Filosofia e Ética				
	Sociologia da Comunicação							
De Aprofundamento			Redação Jornalística I	Redação Jornalística II	Redação Jornalística III	Comunicação e Cidadania		
				Comunicação e Expressão Oral				

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso/2016

Todos os demais eixos previstos nas DCN receberam tratamento semelhante, identificando-se na grade curricular as disciplinas em que eles são abordados, tanto as de caráter fundante ou de base, como as de aprofundamento ou derivadas.

Afora as determinações das novas DCN, uma variável que foi observada de maneira pontual em cada etapa foi a carga horária do curso. As diretrizes estabelecem a carga mínima de 3.000 (três mil) horas, assim como o percentual de no máximo 20% desse total para o estágio curricular obrigatório. Também se possibilita a existência de horas de atividades complementares nesse total. Tais variáveis e limites foram observados no contexto do mercado de trabalho local e do perfil dos alunos atendidos pela oferta do curso em análise, o que inclui a concorrência com as outras IES como variável sensível, tendo em vista se tratar de instituição privada.

Foi a partir desses limites e balizas que a distribuição total dos conteúdos e das disciplinas foi elaborada, buscando-se o equilíbrio entre a qualidade da proposta e sua sustentabilidade financeira.

Em suma, são esses os elementos mais significativos que pudemos identificar a partir da análise de ambas as propostas curriculares. É com base neles que destacamos alguns aspectos para a reflexão nas próximas linhas. Nelas, buscaremos uma síntese entre as questões teóricas iniciais e os dados advindos da análise.

A marca da generalidade versus o saber próprio do campo

Vimos que o campo da comunicação e do jornalismo – até há pouco formalmente designado como uma sub-área da comunicação – carrega desde sempre a característica da generalidade (MEDITSCH, 1999; SODRÉ, 2012). A abrangência dos conteúdos tem sido uma marca dos currículos e da epistemologia da área, para o bem e para o mal.

Embora tenha havido mudança na nomenclatura dos cursos – agora denominados apenas “curso de jornalismo” –, nota-se a permanência de diversas contribuições das ciências sociais e das humanidades, sob a forma de disciplinas ou de conteúdo de disciplinas. Permanecem por exemplo disciplinas como Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira, Língua Portuguesa (Leitura e Produção Textual na versão de 2016), História da Arte, e muitas outras de semelhante orientação geral.

Assim, no caso analisado, mantém-se via de regra a identidade generalista, ainda que se notem igualmente alguns esforços de criação de novo patamar conceitual a partir do campo próprio do

jornalismo.

É o caso, por exemplo, da ênfase nas discussões sobre internacionalização, legislação e empreendedorismo, em disciplinas como Legislação e Jornalismo e Jornalismo Econômico. Também a menção explícita nas DCN de 2013 à especificidade do jornalismo como área do conhecimento aponta para essa tentativa de consolidação do campo. Em suma, há um movimento de continuidade da tradição generalista, própria do campo da comunicação, ao mesmo tempo em que existe uma inflexão para as questões específicas ao campo do jornalismo enquanto área do saber. A grade curricular analisada reflete esse movimento, seja na manutenção e aprofundamento das disciplinas de formação mais geral, seja na manutenção e criação de disciplinas específicas do jornalismo.

O saber próprio, específico, já propugnado por pesquisadores historicamente ligados ao campo (GENRO FILHO, 1987; SODRÉ, 2012, MEDITSCH), se faz notar nesse movimento de mudança curricular, que reflete, sem dúvida, o movimento das próprias DCN de 2013.

Teoria e prática: nova síntese?

A polarização entre uma formação teórica ou prática foi por muito tempo típica das discussões da área da comunicação e do jornalismo (MEDITSCH, 1999). Teóricos e práticos marcaram as abordagens e a vida acadêmica, com suas respectivas escolas e filiações. Há obviamente uma linha de continuidade entre ambas as tradições, que se fazem presentes na grade curricular a partir das disciplinas, umas mais voltadas à teoria, outras à aplicação prática. As DCN de 2013 tratam ambas as dimensões de forma equitativa. Salienta, o texto da norma, que o ensino de jornalismo deve buscar tanto a compreensão conceitual como a capacidade técnica.

A manutenção dos saberes humanistas aponta para a valorização do acervo cultural comum da humanidade, valorizando a herança da inquirição científica e filosófica. Por outro lado, a ampliação do espaço previsto para o exercício prático demonstra a mesma preocupação com o domínio da técnica no ambiente da vida “real”, dentro ou fora da instituição de ensino.

A síntese possível entre o nível teórico e o prático está mantida nas diretrizes. As soluções encontradas no caso em análise sugerem adaptação à norma e continuidade da tradição que busca o equilíbrio entre as duas dimensões. Senão vejamos.

No caso da orientação para o empreendedorismo consignada nas DCN, a resposta em termos de proposta curricular do caso em tela foi a criação das disciplinas de Assessoria em Comunicação e Negócios e Gestão e Empreendedorismo em Comunicação. Ora, essas disciplinas desdobram os saberes que vinham sendo trabalhados na versão curricular anterior em disciplinas como Gestão da Comunicação e Estratégias de Comunicação Mercadológica.

É possível afirmar que a nova síntese buscada na versão curricular atual visa a equilibrar a tradição entre conhecimento teórico e capacidade técnica, agora sob a égide do empreendedorismo. Eis um exemplo de como o velho conflito entre o saber teórico e o prático foi encaminhado no caso concreto que analisamos.

Algumas questões tangenciais

Afora as questões levantadas acima, há outras, que podemos chamar de tangenciais, já que não estão enfatizadas nas DCN, mas que acabam por incidir sobre o ensino do jornalismo. Uma delas diz respeito ao ensino à distância – EaD.

Trata-se de modalidade prevista na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que permite até um total de 20% da carga horária curricular nessa modalidade para os cursos superiores presenciais. Apesar de não ser obrigatória, a opção por parte da carga horária à distância tem sido utilizada por cursos presenciais.

No *corpus* analisado previamente, há um número significativo de horas dedicadas à modalidade de ensino à distância, de 420 horas em ambas as versões curriculares. Grosso modo, isso corresponde a pouco menos de uma disciplina por semestre, considerando-se um total de 8 (oito) semestres em quatro anos.

A opção pela modalidade tem diversas implicações, como já apontamos em outra investigação (SCHWANKE; GRANEZ, 2015). Além de certa resistência da parte dos discentes, o EaD implica uma

série de requisitos, que vão da estrutura física ao material didático próprio, passando pelos serviços de apoio e monitoria.

A discussão sobre o impacto na qualidade do ensino está ainda por ser feita, quando se considera o ensino à distância e sua adoção, seja de forma absoluta, seja de forma parcial, como é o caso do *corpus* analisado. Ela perpassa, no contexto das IES privadas, a questão do modelo de negócio, que é outro aspecto a ser devidamente considerado, já que diferentes matrizes institucionais implicam diferentes soluções que impactam no ensino.

Considerações finais

As novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de jornalismo ainda estão sendo avaliadas, na medida em que se passa a perceber seu impacto sobre o ensino dessa área do conhecimento. Em nossa investigação, buscamos lançar algumas questões de ordem conceitual e também analisar a aplicação das diretrizes a partir de um caso específico, enfocando o currículo de um curso de graduação em jornalismo de uma instituição privada do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Do que foi visto, é possível afirmar primeiramente que as novas DCN definiram dois tipos de mudança: um obrigatório, de caráter operacional, outro optativo, de caráter diferencial.

O primeiro deles abrange, por exemplo, a nova nomenclatura e o estágio curricular obrigatório. O segundo, as sugestões de conteúdos a serem abordados nas disciplinas curriculares. O primeiro tem caráter cogente e implica padronização que aponta para a especificidade da área do jornalismo, resultado das discussões que nortearam as DCN de 2013. O segundo implica em opções que tendem a consolidar experiências próprias de currículo, em zonas de interpretação mais aberta da disposição normativa. Aqui se encontram os espaços para as soluções construídas por cada instituição em seu trabalho de construção curricular.

No caso em análise, as opções efetivadas da versão de 2010 para a de 2016 mostram que houve a adequação absoluta no tocante aos itens obrigatórios, ao passo que os demais foram utilizados seletivamente como diferenciais da proposta curricular. Ambas as dimensões – o que era obrigatório e o que era opcional – foram submetidas ao crivo do mercado de inserção da IES.

Foi nesse contexto que as discussões aconteceram: um olho para as grandes questões epistemológicas do campo da comunicação e do jornalismo, o outro para o posicionamento institucional no mercado local e regional de atuação da universidade.

A partir do cotejo de ambas as versões curriculares, pode-se afirmar que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Jornalismo mantiveram as linhas mestras do campo de conhecimento, ao mesmo tempo em que trouxeram inovações que refletem as transformações havidas no campo.

Quanto ao primeiro aspecto, destacamos a manutenção do caráter generalista, humanista e socialmente comprometido nos conteúdos e abordagens indicados nas DCN. Elas representam a tradição do campo onde historicamente o jornalismo se inscreveu. Quanto às inovações, destacamos a referência aos desafios da comunicação *online*, às novas configurações do mercado de trabalho e ao perfil empreendedor consignado nas DCN de 2013. Elas se colocam na perspectiva de interrogar o quadro atual, marcado pela mudança de paradigma (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013) e pelos questionamentos sobre o papel do jornalismo no contexto presente e futuro (MEDITSCH, 1999; SODRÉ, 2012).

É assim que se pode afirmar, para concluir, que as velhas questões – não no sentido pejorativo de ultrapassadas, mas no de recorrentes e essenciais – do campo da comunicação e do jornalismo se apresentam nas novas diretrizes curriculares: instigando a formação de novas questões e respostas a partir da práxis inscrita na organização curricular e na formação dos futuros profissionais da área.

Monitorar as implicações das novas DCN para a continuidade das questões de fundo do campo do jornalismo e para as inflexões que podem ser observadas na prática da profissão é tarefa para ulteriores investigações.



Referências

- ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, abr. mai. jun. 2013, p. 30-89. Trad. Ada Félix.
- BERNARDO, Cristine Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Matrizes**, São Paulo, v. 35, n. 1, 2012.
- BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compos**, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- CASCAIS, Fernando. O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. **Comunicação e Sociedade**, vol. 5, 2004.
- COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital. Como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 9, ano 3, abr./mai./jun., 2014, p. 51-115.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 292 p.
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico no campo acadêmico do Jornalismo**, Comunicação apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro de 1999. Disponível em: <www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Universidade Nova Lisboa, 1999. E-book.
- SCHWANKE, R. B.; GRANEZ, M. S. Avaliação e Marketing: Instrumentos para a Gestão Curricular. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 4 a 7 de setembro de 2015. São Paulo: INTERCOM, 2015. v. 1. p. 1-15.
- SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, jan.-jun., 2012, p. 11-27.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1984.
- ZAMBERLAN, Luciano *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2014.
- Legislação
- BRASIL. Ministério da Educação. CNE. Resolução CNE/CES 16/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 1/2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º de outubro de 2013. Seção 1, p. 26.

